

Uni-la: O processo de construção de uma universidade intercultural para a integração latino-americana.

Uni-la: the process of the intercultural university construction to Latin American integration

Thiago Reisdorfer¹

Resumo: A expansão do ensino universitário no Brasil fortemente concentrada na primeira década dos anos 2000, tem motivado uma ampliação nas pesquisas que tomam as universidades e suas diferentes dimensões como objeto. Este artigo busca se somar a esse esforço acadêmico analisando a formação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – fundada em 2010 – lendo-a a partir de sua característica de integração intercultural. A proposta de convivência entre uma ampla diversidade nacional, étnica e cultural foi, segundo argumentaremos, o eixo estruturante para a construção da instituição. Abordaremos esse processo a partir da análise de documentos constituintes de seu processo de institucionalização.

Palavras-Chave: Universidade, Interculturalidade, Integração Latino-Americana.

Abstract: The growth of the university education in Brazil, especially concentrated during the first decade in 21th century, has motivated an enlargement of researches where the object has been universities and their different dimensions. The objective of this paper is to contribute to this academic expansion and to analyze the formation of the Federal University of Latin American Integration – founded in 2010 – studying it based on its intercultural integration characteristic. The proposal of interaction among a wide national, ethical and cultural diversity was, according to our arguments, the structuring axis to the formation of this institution. We will approach this process from the analysis in the constituent documents of its institutionalization process.

Key-words: University, intercultural, Latin American integration.

Uma universidade brasileira com vocação latino-americana. Essa é uma das definições correntes que, em diferentes fórmulas, aparece em diversos documentos e falas visando definir a Universidade Federal da Integração Latino Americana – Unila. Pensada para Foz do Iguaçu, uma cidade que se afirma “multicultural” de fronteira, e projetada como um espaço intercultural de integração, a Unila se apresenta a partir de complexidades múltiplas que não podem ser apreendidas apenas na sincronicidade da experiência social constituída no presente. É na diacronia do processo histórico que encontraremos possibilidades de elucidação e/ou análise das problemáticas levantadas por tal questão. Problematizar a complexidade dessa relação, sua formulação visando a interculturalidade e a integração latino-americana é o objetivo deste artigo.

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana foi fundada pela lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010 na cidade de Foz do Iguaçu – Paraná. Situada numa cidade de 260 mil habitantes e que propagandeia oficialmente a presença de habitantes provenientes

¹ Doutorando em História do Tempo Presente no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Bolsista Capes – DS. E-mail: thiagorhs@hotmail.com.

de “cerca de 80 das 192 nacionalidades existentes no mundo”ⁱ, teve, até 2016, 3.056 estudantes, em 29 cursos das diversas áreas do conhecimento, 1072 dos quais provenientes de 17 países da América Latina e Caribe, que não o Brasil. Outra característica importante que foi, como veremos, utilizada para sua justificativa, é sua localização numa fronteira trinacional, Brasil, Argentina e Paraguai se encontram nessa região.

Utilizaremos na análise documentos oficiais, que serão centrais para o entendimento do processo de construção da instituição e, também, para a análise da narrativa institucional que é ali construída. A Unila, dentro do regime de educação universitário brasileiro, conta com um conjunto de documentos que formam seu arcabouço legal, pedagógico e de planejamento estratégico. No âmbito legal temos, pelo menos, a Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010 que versa sobre a criação da instituiçãoⁱⁱ; o Estatuto da universidade, aprovado em abril de 2012ⁱⁱⁱ; o Regimento Geral da Universidade aprovado em junho de 2013^{iv}. Por fim, temos o planejamento estratégico representado no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2013-2017^v. Todo esse arcabouço legal foi constituído por diferentes comissões, ainda durante a gestão do Reitor *pró-tempore* Prof. Dr. Héglio Trindade^{vi}.

Aliada a preocupação com as fontes temos uma questão teórica importante para a constituição deste artigo que é a percepção, análise e problematização do que chamamos de “densidade temporal” da experiência. Essa é uma questão central para a História do Tempo Presente. Colocada em intersecção com a sociologia, antropologia, jornalismo, ciência política, etc. a História do Tempo Presente pode, ao mesmo tempo se beneficiar de tais conexões, bem como, cair em nuances e curiosidades casuísticas do presentismo^{vii}. Objetivando tirar o melhor proveito de sua condição epistemológica, sem perder sua especificidade de área integrante da disciplina histórica, pensar a “densidade temporal” de seus objetos de análise faz-se fundamental.

Entendemos que a experiência de sujeitos sejam eles postados no nosso presente, ou em algum passado remoto, é, inevitavelmente, histórica. Sendo assim, os processos e as experiências vivenciadas no presente também o são. Poucas pessoas, talvez ninguém, duvidaria dessa afirmação. As possíveis dúvidas surgem não na colocação, mas na transformação dessa perspectiva em fundante para a História do Tempo Presente. Partimos da percepção de que toda experiência possui uma “densidade temporal”, entendida como a historicidade carregada de rupturas, continuidades, e significações construídas a partir da relação histórica entre indivíduo e sociedade constituintes do processo em questão. É a densidade temporal de todas as experiências que permite, ao deslocar o objeto da História

para o tempo e não para o passado, a análise do tempo presente a partir desse campo acadêmico. O processo de construção da Unila, enquanto espaço intercultural é percebido justamente nessa perspectiva. Sua idealização se coloca em diálogo constante com a experiência universitária e política brasileira e da América Latina. Assim, em diferentes momentos veremos uma busca da evidenciação desse diálogo numa constante relação passado/presente.

Para a construção de nossa análise optamos por organizar esse artigo em dois momentos distintos: Primeiramente pensando o contexto das universidades brasileiras no qual a Unila se insere, localizando-as temporalmente, buscando perceber diferentes movimentos, em especial a partir de 1968 e da reforma universitária promovida naquele momento, a partir dos quais o processo de construção de uma rede de ensino universitário se constituiu no país; em seguida buscaremos pensar a formulação da universidade a partir de sua proposta de uma ampla diversidade étnica e cultural que promova relações de interculturalidade e possa contribuir para a integração latino-americana, sua inserção e papel, bem como, seus limites, pensados no contexto deste projeto político.

Uma universidade nova? A Unila no contexto das universidades.

A Unila surge marcada pelo contexto histórico e político no qual se constitui. Na dimensão universitária, se insere no processo da nova expansão do ensino superior no governo Lula, dentro do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni^{viii}. Politicamente, no âmbito de uma proposta de projeção brasileira dentro do chamado eixo sul-sul, que privilegiou relações externas do Brasil com países emergentes e, no caso em questão, com a América Latina. Ambas as questões relevantes para a compreensão do projeto Unila, afinal é a Universidade Federal *da* Integração Latino-Americana (Grifo Nosso). Seu escopo ultrapassa sua função estritamente acadêmica tradicional, abrangendo um objetivo político específico já em seu nome. Assim, para analisar sua construção, é necessário pensar sua inserção nesse contexto.

A problemática do ensino universitário no Brasil tem sido pouco trabalhada no âmbito da História. Poucos historiadores têm se dedicado a esta questão que, usualmente, tem sido abordada no campo da Sociologia, da Educação e da História da Educação. Nesses campos, têm surgido, em especial a partir dos debates sobre cotas raciais e sociais nas universidades nos anos 2000, importantes trabalhos sobre ingresso, vida e experiências estudantis, cultura

juvenil e universidade^{ix}, etc. Esses estudos convivem, historicamente, com uma produção importante e de grande qualidade sobre universidades no país. Intelectuais como Anísio Teixeira (2003), Cristovam Buarque (1994), Darcy Ribeiro (1975, 2003) e outros abordaram a questão da universidade, seja a partir de análises contextuais, seja a partir da criação de projetos universitários, como os da Universidade do Distrito Federal criada em 1935, gestada por Anísio Teixeira, ou a UnB fundada em 1961, organizada em parceria por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, da qual Cristovam Buarque foi reitor entre 1985-89. No âmbito da história das instituições universitárias no país, destaca-se o trabalho de Luiz Antonio Cunha que busca abordar a história dessas instituições no Brasil.

A década de 1960, é lembrada na história brasileira principalmente pelo Golpe de 1964 que deu início ao regime militar que governou o país por 21 anos. Entretanto, esse momento também é de grande relevância para o campo universitário. Em 1962 foi criada a Universidade de Brasília – UnB. Em 1968, já dentro do regime militar foi promulgada uma ampla reforma universitária. Esses dois fatores contribuem para a emergência de um novo tempo para as universidades. Essas instituições eram fortemente marcadas pela hierarquização interna através das cátedras e externa, devido ao seu fechamento à sociedade, tanto pelo pequeno número de vagas, quanto por uma concepção de elitização social. Conjuntamente constituem um momento de ruptura no processo de formação das universidades brasileiras contemporâneas. Ali foi instituído oficialmente uma série de processos que estabelecem continuidades até os dias de hoje^x. Sem dúvidas, desde então uma série de mudanças foram realizadas nessa estrutura, entretanto, nenhuma dessas mudanças gerou profundas rupturas institucionais ou legais em relação a essa reforma. Elementos fundamentais continuam presentes. Entre eles podemos destacar três:

- O vestibular: Até então os exames de ingresso eram realizados de maneira fragmentada. Cada faculdade e, em alguns casos, cada curso possuía a liberdade de realizar seus exames admissionais. Além disso, os exames tinham caráter classificatório e não de concurso. Basicamente se estabelecia uma nota mínima e todos os candidatos que a superavam estavam classificados para o curso. A escassez de vagas fazia com que apenas um pequeno número destes conseguissem ingressar no curso, gerando o problema dos candidatos excedentes – aprovados, mas não matriculados. A partir da reforma universitária de 1968 o vestibular tem caráter de concurso: abre-se um número x de vagas e os melhores classificados são selecionados. As mudanças realizadas a partir de 2003 nesse sistema apenas o modificaram

superficialmente, sem o transformar. Assim, as cotas sociais e/ou raciais, bem como o Sistema de Seleção Unificado – SISU, apenas mudam seus critérios e abrangências, sem transformar seu caráter de concurso e/ou a limitação de vagas.

- Fim das cátedras: Tanto na UnB, quanto na reforma universitária de 1968, as cátedras deixaram de existir. Com seu fim, e a estruturação das universidades em departamentos pedagógicos, práticas mais horizontalizadas se tornavam possíveis. A distância entre professores, anteriormente hierarquizados em catedráticos, auxiliares e assistentes é diminuída, pelo menos formalmente. Nas universidades antigas tal fim é mitigado pela manutenção de estruturas de poder viciadas que, através de jogos de negociação, permitiam que antigos catedráticos continuassem a comandar as estruturas acadêmicas e políticas. Nas novas instituições, como a UnB, isso possibilitou a criação de outras práticas políticas, além de incentivar o fortalecimento e a difusão da figura do professor pesquisador, espinha dorsal do atual sistema universitário brasileiro.
- O incremento do setor privado: Esta é talvez uma das características mais marcantes das transformações do sistema universitário brasileiro a partir da década de 1960. Enquanto em 1960 54% dos universitários estavam no setor público, já em 1984 cerca de 59% dos estudantes estão vinculados ao setor privado (PATTO SÁ MOTTA, 2014, p. 249). Esta tendência se acentuou: em 2014 71,4% estão matriculados no setor privado. A expansão do setor privado permitiu um maior acesso ao grau universitário, permitindo, principalmente a partir do incremento das práticas de financiamento estudantil nas décadas de 90 e 2000, uma democratização, ainda restrita, do acesso às camadas populares.

Tendo essas questões em vista, faz-se importante pensar também nas continuidades que se constituíram na reforma. Em primeiro lugar, o material humano anterior e posterior a reforma é o mesmo ou, pelo menos, muito semelhante. Com exceção daqueles perseguidos pela ditadura, presos, exilados, demitidos ou forçados a se aposentar, os professores são os mesmos. Essa inércia do funcionalismo contribuiu para que a reforma fosse amortecida pelas relações pessoais e/ou profissionais desses sujeitos. Tirados da figura de catedráticos muitos desses professores assumiram cargos de mando dentro das instituições, gerando, dessa forma, poucas mudanças nas estruturas de poder imediatas (SÁ MOTTA, 2014, p. 288-325). Instituições como a UnB, Unicamp e outras universidades criadas na época tiveram menos problemas com essa questão pois não possuíam grupos ou elites internas consolidadas.

Outra dimensão de continuidades é o fato de que, apesar do aumento do número de instituições de ensino na rede federal, as mesmas continuam privilegiando centros regionais de poder, como capitais e grandes cidades. No caso do Paraná, onde se situa nosso objeto de estudos, a rede federal será interiorizada especialmente nos anos 2000, já sob a perspectiva expansionista dos governos Lula e Dilma. Até então, a interiorização das instituições de ensino universitário havia sido realizada pelos poderes estaduais e municipais. No âmbito estadual, ainda na década de 1970 são criadas a Universidade Estadual de Maringá – UEM e a Universidade Estadual de Londrina – UEL, a Universidade Estadual de Ponta Grossa^{xi}. Nessa mesma década, o oeste paranaense, constitui uma rede de faculdades municipais criadas em Cascavel (FECIVEL, 1972), em Foz do Iguaçu (FACISA, 1979), em Marechal Cândido Rondon (FACIMAR, 1980) e em Toledo (FACITOL, 1980) (REISDORFER, 2011, p. 10). Essas faculdades municipais foram estadualizadas e unificadas em 1994, formando a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, que possui campus em Foz do Iguaçu, onde hoje se localiza a Unila.

O estado do Paraná, ao longo do século XX, contou com apenas uma instituição de ensino universitário federal, a UFPR. Sediada em Curitiba, capital do estado, foi, até a primeira década dos anos 2000, a representante do sistema universitário federal. Em 2005, foi transformado o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná – CEFET PR, em Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. No âmbito do Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras – REUNI, lançado em 2007, o estado pôde contar com a expansão de outras instituições federais. Nesse processo, foram criadas duas instituições: a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Unila. Enquanto a UFFS conta com *campi*^{xii} espalhados pelos três estados do sul do país, a Unila, como já mencionado, tem sua sede e campus na cidade de Foz do Iguaçu.

O processo de reforma universitária de 1968, pelas profundas mudanças que traz ao sistema de ensino universitário atual, é visto aqui como o processo que faz emergir o presente das universidades brasileiras. Marcado por rupturas e, não menos importantes, continuidades, os elementos centrais das universidades brasileiras estão ali expressos. As mudanças ocorridas no sistema universitário com a redemocratização ocorrem muito mais no escopo de ampliar princípios presentes na reforma de 1968 do que no sentido de incorporar novidades.

Entre continuidades e rupturas em relação ao sistema universitário brasileiro se constituiu uma universidade com uma proposta política e intelectual significativamente

diferente das demais. A Unila, além de sua proposta como produtora e disseminadora de conhecimento, se coloca em uma relação complexa com a perspectiva de integração regional, mais precisamente, da América Latina. Calcada já em seu nome, sua chamada “vocação latino americana” é o segundo eixo da questão que levantamos nas primeiras linhas deste artigo. Se esta universidade se constitui enquanto um elemento dentro do processo histórico de construção do ensino universitário no país, também se insere nas políticas de relações exteriores do Brasil em seu subcontinente^{xiii}. Assim, para compreender a densidade temporal da constituição da Unila, faz-se necessário entendê-la tanto dentro dos embates sobre universidade quanto dentro da perspectiva de integração latino-americana.

Uma universidade brasileira com vocação latino-americana.

A criação de uma universidade certamente não é um processo simples. Entre projeto pedagógico, estrutura física, localização, recursos humanos, disputas e apropriações políticas e partidárias, uma miríade de fatores interfere nesse processo. O caso em questão se insere num momento de proliferação de novas universidades. Esta expansão ocorre através de instituições surgidas de desmembramento de campi – caso, por exemplo, da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD criada a partir do campus de Dourados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS – da criação de novas universidades federais; e, foco de interesse nesse texto, através da elaboração e implantação de dois modelos de universidades.

O primeiro dos dois modelos pode ser percebido a partir de propostas distintivas de formação acadêmica. Está presente, em especial, na Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB, e na Universidade Federal do ABC – UFABC. Ambos os casos inspirados na discussão sistematizada no texto de Naomar de Almeida Filho (2008) da chamada “Universidade Nova”. Contando com o modelo de bacharelado interdisciplinares (BI), e com titulação por ciclos, estas instituições prezam pela flexibilidade na formação, fornecendo ao estudante possibilidades e caminhos de formação mais amplas, marcadas pela interdisciplinaridade^{xiv}.

O segundo modelo é constituído pelas instituições com foco intercultural e integracionista: a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab, criada no segundo semestre de 2010, e a Unila. Ambas se definem não apenas a partir de suas características de ensino mas, especialmente, por suas características de integração

internacional. Voltadas para duas regiões privilegiadas pela política externa dos governos do PT, apoiam-se na ideia de integração e interculturalidade como suas características fundamentais. Instituições que se constituem dentro do campo das universidades brasileiras, dessa feita inserida nesse contexto histórico e político de discussões, e, também, no caso da Unila, âmbito da promoção da integração latino-americana.

A ideia de promover a presença de estudantes estrangeiros em universidades não é uma inovação do tempo presente. Tanto na perspectiva de envio de estudantes, onde os países ou grupos sociais priorizam a ida destes para o exterior, como é o caso do próprio Brasil tanto no período colonial como ao longo de todo o século XIX (CUNHA, 2007), e, em períodos mais contemporâneos com programas como o Ciência sem Fronteiras desenvolvido sob o governo Dilma Roussef. Seja em busca de prestígio social, seja enquanto política de desenvolvimento nacional, o envio de estudantes para o exterior não é uma novidade. Na outra ponta, a possibilidade e, em muitos casos, a promoção da presença de estudantes estrangeiros em universidades também não é uma questão nova. As instituições universitárias estadunidenses, por exemplo, possuem amplos sistemas de bolsas para estrangeiros. Na União Europeia o Erasmus, proporciona a circulação de estudantes dentro da Europa e para diferentes países no mundo. No Brasil, desde, pelo menos a década de 1960, o Programa Estudante de Convenio Graduação, (PEC-G), e o Programa Estudante de Convênio Pós-Graduação, (PEC-PG), tem promovido a presença de estudantes africanos e latino-americanos nas universidades brasileiras.

Se, contemporaneamente, há uma certa ênfase no processo de migração estudantil através da abertura das instituições universitárias para matrículas de estrangeiros, há também, modelos de produção de universidades que tenham em seus objetivos a presença destes estudantes. Um dos primeiros casos que pôde ser apurado foi o da Universidade Russa da Amizade dos Povos^{xv}. Criada em 1960 tinha por objetivo a atração de jovens de diferentes partes do mundo visando a propagação da cultura e ideais soviéticos^{xvi}. Na América Latina temos o caso da Universidad Andina Simón Bolívar – UASB, com campi na Bolívia, Equador, Venezuela e Colômbia que tem por público alvo estudantes da Comunidad Andina (ALMEIDA, 2015). E, no Brasil, temos a Unila.

A construção de seu projeto remonta a um desejo articulado entre a política externa do governo Lula e suas políticas educacionais. Duplamente inserida no contexto do Reuni e da ênfase externa Sul-Sul, a ideia de uma universidade de integração regional surge no contexto do Mercosul. Para percebermos a construção de uma narrativa que busca uma determinada

filiação histórica da Unila, nos utilizaremos em especial do PDI^{xvii}, que conta em seu texto com o item “Perfil Institucional”, composto por duas partes: “Missão e Objetivos da Instituição” e, o segundo item, “Histórico e Desenvolvimento da Instituição de Ensino”. No segundo item é desenvolvida uma narrativa que busca situar a Unila no duplo contexto histórico de integração latino-americana e das universidades. Esta narrativa constrói uma filiação da Unila a uma perspectiva de integração latino-americana que remontaria a década de 1960:

A proposta de uma universidade latino-americana surgiu na década de 1960, em reunião realizada pela União de Universidades da América Latina (UDUAL). Na oportunidade, foram estabelecidas algumas recomendações às Instituições de Ensino Superior participantes, as quais tornariam precursoras das ações para a integração da América Latina. Houve uma clara consciência de que a universidade poderia contribuir para esse processo. As discussões sobre o tema não cessaram, sendo retomadas algumas décadas depois, no âmbito do Mercosul. (PDI Unila, 2013, p. 9).

Este documento institucional, ao tratar da história da Unila, coloca seu ponto fundante, pelo menos simbolicamente, em 1960. Expande o pertencimento da universidade para além da proximidade dos debates ocorridos dentro do Mercosul. Assim, a década de 1960 enquanto tempo, e a Udual, enquanto espaço, se tornam as coordenadas simbólicas do processo de fundação da universidade. Nessa construção narrativa, a Unila deixaria de ser apenas um projeto de governo, podendo passar a ser um projeto mais amplo de integração latino-americana que tem, no governo Lula, um novo momento de emergência. Através de um salto temporal, a narrativa consolida no Mercosul o movimento de emergência definitiva da ideia de uma universidade de integração.

Num primeiro momento, essa instituição teria sido pensada para uma atuação integracionista dentro dos países do bloco. A chamada Universidade do Mercosul seria multicampi, presente em todos os países do bloco e, também, multinacional. Seria pensada em um modelo parecido ao da Universidad Andina, que conta com investimentos, gestão e atuação multilateral. Em que pese a mudança de ênfase da integração regional ocorrida no bloco durante o período do governo Lula (ALMEIDA, 2015), a Universidade do Mercosul surge como uma proposta de aprofundamento da integração regional, desta vez, sob a ótica da cultura. O Plano de Desenvolvimento Institucional continua:

Em 2006, durante o Fórum de Educação Superior do Mercosul, os Ministros da Educação de diversos países latino-americanos se comprometeram a elaborar um projeto que viabilizasse o então chamado Espaço Regional de Educação Superior do Mercosul, com o objetivo de promover a cooperação acadêmica solidária entre os países da região. O Ministério de Estado da Educação do Brasil propôs a constituição de uma universidade multicampi, com vistas ao desenvolvimento do ensino e da

pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e à integração regional. Essa iniciativa foi denominada Universidade do Mercosul. Todavia, devido às dificuldades legais e operacionais, a proposta não foi aprovada por dois países do Mercosul inviabilizando a sua implementação. (PDI Unila, 2013, p. 9).

A narrativa segue e aponta o Mercosul como o espaço privilegiado do surgimento da ideia atualizada de uma universidade de integração regional. Diferindo da proposta da Uduval, esta teria um escopo sub-regional, com área de atuação restrita ao bloco econômico. A característica que nos chama a atenção aqui é sua condição de universidade multicampi, o que abriria as possibilidades de atuação da mesma nos diferentes países do bloco. Assim, a instituição poderia, em tese, atuar tanto na circulação de estudantes pelo bloco, quanto em uma integração intercultural proporcionada pela presença de estudantes, professores e funcionários estrangeiros em cada país. É preciso atentar que esse tipo de instituição pode acabar reproduzindo o modelo de instituição tradicional, onde corpo discente e docente são formados a partir de cada país. Assim, passando de instituição regional, para instituição internacional com *campi* nacionais. Entretanto, apesar de ter sido, segundo Almeida (2015, p. 70), bem recebida no encontro de ministros da educação do Mercosul realizada em 2006, onde a ideia foi apresentada, a universidade não saiu do papel. Mesmo assim, a discussão sobre ensino universitário no bloco conheceu avanços naquele momento:

A proposta da Universidade do Mercosul realizada pelo governo brasileiro foi acolhida pelos demais membros do Mercosul que decidiram criar, em 2006, o Espaço Regional de Educação Superior do Mercosul (Eres) como um projeto de ensino e pesquisa do bloco ligado a educação superior e que têm por princípios: a) lecionar e pesquisar temas voltados para a integração regional; b) ser composto por campi universitários instalados em diversos Estados partes e/ou ser parte de programas de graduação e pós-graduação das instituições de ensino superior dos Estados partes; c) ter processos seletivos abertos a cidadãos dos Estados parte para os docentes, discentes, pesquisadores e gestores; d) oferecer cursos nos níveis de graduação e pós-graduação ligados as necessidades da região; e) ser constituído com base na mobilidade acadêmica, incorporando os avanços logrados nas iniciativas já existentes no Mercosul. Através do Eres lançavam-se bases para a possível criação da Universidade do Mercosul (ALMEIDA, 2015, p. 2).

Como afirmado pela autora a implementação do Eres abriria espaço para a implantação da Universidade do Mercosul, marcando um aprofundamento nas possibilidades de integração que estariam, agora, pautadas em questões culturais, para além das já criadas pautas econômicas. Entretanto, se o Eres é implantado como projeto, a Universidade do Mercosul, tal como colocada, não sai do papel.

Tanto o Eres quanto a Universidade do Mercosul propunham a criação de mecanismos universitários compartilhados entre os países do bloco, estratégia distinta da adotada pelo governo brasileiro para a fundação da Unila. Enquanto os projetos fracassados propunham

uma perspectiva institucional multilateral, nos moldes da Universidad Andina, a Unila é uma ação do estado brasileiro enquanto promotor de integração. O ordenamento jurídico, o orçamento, e o conjunto de regras de funcionamento se dão dentro da lógica do sistema universitário brasileiro. Assim, são projetos bastante distintos, apesar de, na ótica brasileira, possuírem objetivos semelhantes.

Após o fracasso da iniciativa da Universidade do Mercosul, o prof. Trindade é convidado pelo então secretário nacional de educação superior a pensar uma alternativa:

Aí passado uns tempos muda o secretário de educação superior e esse novo secretário, que é um físico aqui de... é professor da Universidade de Santa Maria, ele me telefona um dia. Eu era do Conselho Nacional de Educação e ele pergunta pra mim se eu teria interesse. “Avalia esse fracasso e pensa numa alternativa”, eu digo, “olha eu tenho um bom contato com a América Latina, fui da CLACSO, circulei muito em termos de ciências sociais, então eu conheço mais ou menos a região e estou disposto a olhar.” Então eles juntaram aquela documentação toda, eu examinei e digo: “Bom, eu não vou propor uma nova universidade porque já houve um veto, se o Brasil propõe uma segunda, ela vai fracassar”. Então eu inventei um negócio que se chamava Instituto Mercosul de Altos Estudos^{xviii}.

O IMEA, cuja atual denominação é IMEA-Unila^{xix}, surge como uma possibilidade alternativa ao fracasso da Universidade do Mercosul. Concentrado em ser um centro de pós-graduação, através da oferta de cursos de especialização em “Cátedras Latino-Americanas”, tinha como público alvo estudantes de pós-graduação do bloco e, a partir do surgimento da ideia da Unila, e de uma proposta de integração mais ampla envolvendo a América Latina, de todo o subcontinente. O PDI da Unila também aborda o IMEA como precursor do processo de implantação da Unila e aponta o desdobramento desse instituto voltado para a pós-graduação e integração regional até a emergência da ideia de uma universidade de integração:

Considerando a pertinência do projeto, o Ministério da Educação do Brasil buscou alternativas. Primeiro, foi proposta a criação do Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA) que teve a acolhida unânime dos Ministros de Educação, em reunião realizada em Assunção, como alternativa à Universidade do Mercosul, cujas atividades estariam focadas na cooperação interuniversitária em nível de pós-graduação. Posteriormente, por orientação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi decidido ampliar o escopo da proposta com novo Projeto de Lei a ser encaminhado ao exame do Congresso Nacional que propôs a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, a ser estabelecida em Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, devido à confluência das fronteiras do Brasil com as da Argentina e do Paraguai. (PDI Unila, 2013, p. 9).

Este excerto permite a visualização de duas questões importantes para a nossa análise. Primeiro a influência pessoal do Ex-Presidente Lula na criação da Unila e, segundo, a justificativa para a sua localização em Foz do Iguaçu.

A localização da Unila em Foz do Iguaçu é colocada como tendo sido motivada pela confluência da tríplice fronteira. Essa condição geográfica já foi utilizada em outros momentos importantes da relação entre o Brasil e estes países. A exemplo dessa situação temos a Declaração do Iguaçu de 1985 considerada por Almeida (2015) um dos precedentes que teria possibilitado a formação do Mercosul em 1991 e, posteriormente a Unila. A cidade tem sido utilizada como elemento da política externa brasileira muito antes da inauguração da Unila, em especial, através de obras de infraestrutura, como a Itaipu, a Ponte da Amizade e a Ponte Tancredo Neves. A perspectiva geográfica como forma de legitimação da localização da universidade em Foz do Iguaçu se apresenta também no livro “A Unila em Construção”^{xx}: “O primeiro desafio foi o de pensar a Unila como universidade sem fronteiras, no contexto da região trinacional, envolvendo o nordeste da Argentina, o leste do Paraguai e o oeste brasileiro.” (COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO, 2009, p. 7). A universidade que se quer “sem fronteiras” se legitima geograficamente através da proximidade com fronteiras.

Um segundo elemento levantado é importante para compreender a transição entre o IMEA, um instituto voltado para a pós-graduação, e a constituição de uma proposta de universidade^{xxi}. Essa transformação implica uma série de mudanças, desde a necessidade de uma estrutura física que comporte tal proposta institucional, até a solução de diferentes demandas trazidas pela constituição de uma universidade. Segundo o PDI- Unila, foi “por orientação do presidente Luís Inácio Lula da Silva” que o escopo institucional teria sido transformado. Desta forma, localiza-se na figura do ex-presidente a responsabilidade da criação da instituição da forma como se configura atualmente. Essa perspectiva é ratificada pelo Prof. Héglio Trindade. Após a apresentação da proposta do IMEA para o então ministro da educação, Fernando Haddad, a ideia é levada até o então presidente:

“O Lula gostaria que, embora o instituto possa integrar essa universidade, ele gostaria que fosse uma universidade. Porque ele andou vendo umas experiências aí, inclusive acho que em Cuba, faculdades latino-americanas de medicina e ele está convencido de que colocar estudando junto latino-americanos nascidos no Brasil e nascidos em outros países, nós estaríamos criando um clima de cooperação intelectual de fraternidade no dia-a-dia e que acabaria tendo um efeito para uma verdadeira integração muito maior que acordos e estratégias econômicas ou sociais apenas.”. E aí nós tivemos que partir para a elaboração de uma lei (...) então o Lula ficou satisfeito.^{xxii}

Enquanto o IMEA estaria mais voltado para a formação de pós-graduandos com perspectivas e pesquisas voltadas para a integração, a universidade poderia ser, pelo menos esta é a ideia narrada, ela própria um espaço de integração latino-americana. A aposta está nas possibilidades que a convivência intercultural entre estudantes, professores e funcionários

estabeleceriam naquele espaço. Há um deslocamento do mecanismo privilegiado de integração que no IMEA se daria através da produção do conhecimento, para uma integração proporcionada pela interculturalidade. Ao mesmo tempo, enquanto o IMEA, até mesmo em seu nome, está voltado para o Mercosul, a Universidade da Integração Latino Americana carrega em seu nome, tanto quanto em sua sigla – Unila é foneticamente igual a “uni-la” – a proposta de integração da América Latina.

Aqui temos o elemento central que justifica, legitima e organiza a construção dessa universidade. Ao reproduzir a posição atribuída por Trindade ao ex-presidente Lula teríamos nas possibilidades interculturais a chave para a integração latino-americana. É a convivência entre os diferentes, suas trocas culturais, a consolidação de solidariedades mútuas e múltiplas que levaria a essa possibilidade de integração. Supera-se assim, pelo menos no âmbito da proposta, a ideia de uma multiculturalidade essencializada, onde os diferentes coexistem em um ambiente que desestimula assimetrias de poder. Propõe-se no lugar um espaço em que a convivência entre diferenças culturais, sociais, étnicas e de gênero, leve ao desenvolvimento de uma nova sensibilidade em relação ao outro. É nesse diálogo, desenvolvido no contato entre alteridades, que se colocam a solidariedade internacional e interpessoal como elemento gerador de integração.

Essa perspectiva não é, necessariamente, nova no âmbito de análises culturais, em especial no campo da sociologia. As obras que costumeiramente denominamos de “pós-coloniais” são ricas em análises que problematizam essa questão. Homi Bhabha, Stuart Hall, Edward Said e outros, em diferentes momentos buscaram perceber como os contatos culturais, através de tensões, trocas e diálogos, se processam na experiência humana individual e social, reconstruindo subjetividades em diferentes dimensões e formas. Na América Latina, a obra de Néstor Canclini tem sido um importante referencial nesse movimento de teorização e análise de movimentos de diálogo intercultural. Sua obra mais famosa “Culturas Híbridas” leva já no título a experiência cultural a partir da convivência entre diferentes. Mas é em sua obra “Diferentes, Desiguais e Desconectados” (2004) que ele expressa de maneira mais clara suas considerações e críticas aos limites da multiculturalidade e a importância de atentarmos à interculturalidade como possibilidade mais rica de abordagem das diferenças:

Sob concepções multiculturais, admite-se a *diversidade* de culturas, sublinhando sua diferença e propondo políticas relativistas de respeito, que frequentemente reforçam a segregação. Em contrapartida, a interculturalidade remete à confrontação e ao entrelaçamento, àquilo que sucede quando os grupos entram em relações e trocas. Ambos os termos implicam dois modos de produção do social: *multiculturalidade*

supõe aceitação do heterogêneo; *interculturalidade* implica que os diferentes são o que são, em relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos. (CANCLINI, 2007, p. 17).

A ênfase dada pela proposta intercultural nas relações entre grupos, buscando desconstruir essencializações ou “guetos” culturais, possibilita a criação de ambientes de trocas e aprendizados sociais. Essa é, justamente, a proposta da criação de uma universidade que busque a convivência entre diferentes e que a partir desse processo gere solidariedade e integração através da alteridade. Para a consolidação dessa proposta, ferramentas institucionais tem de ser proporcionadas sob o risco de se construir uma instituição que ao invés de reforçar a interculturalidade e a solidariedade, recaia no equívoco da presença de uma cultura – a brasileira – como modelo e molde da atuação acadêmica e estudantil.

Interculturalidade em movimento: objetivando integração, convivendo com limitações.

Diferentemente das outras instituições criadas nos anos 2000, a Unila possui já em sua lei de criação, uma missão institucional específica que extrapola suas perspectivas de ensino, pesquisa e extensão. A integração latino-americana, o desenvolvimento regional e intercâmbio cultural em diferentes níveis são articulados na legislação como missão da universidade. Aliou-se a dimensão acadêmica universitária com a proposta política da integração^{xxiii}. Como elemento importante aparece o Mercosul como o ponto central a partir do qual se projetará o processo de integração. Se o alvo do processo é o subcontinente, a área de atuação privilegiada é o Mercosul:

Art. 2º A Unila terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

§ 1º A Unila caracterizará sua atuação nas regiões de fronteira, com vocação para o intercâmbio acadêmico e a cooperação solidária com países integrantes do Mercosul e com os demais países da América Latina.

§ 2º Os cursos ministrados na Unila serão, preferencialmente, em áreas de interesse mútuo dos países da América Latina, sobretudo dos membros do Mercosul, com ênfase em temas envolvendo exploração de recursos naturais e biodiversidades transfronteiriças, estudos sociais e linguísticos regionais, relações internacionais e demais áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento e a integração regionais. (LEI Nº 12.189, DE 12 DE JANEIRO DE 2010).

A instituição se distingue de suas congêneres em sua missão institucional. Calca sua proposta naquilo que denomina de integração regional através de cooperação solidária. Aqui,

coloca-se a solidariedade regional em evidência, diferentemente dos blocos econômicos que se utilizam dos ganhos conferidos pela competitividade econômica internacional como forma de legitimação. Ao mesmo tempo, apesar de financiada, organizada e de responsabilidade única do governo brasileiro, dentro do espírito da cooperação solidária, coloca a determinação das áreas de atuação acadêmica, os cursos de graduação, sob a perspectiva do cumprimento das necessidades regionais, em especial o Mercosul, ao invés de submeter essas definições apenas às demandas acadêmicas de seus membros.

A ênfase no Mercosul enquanto espaço de atuação e discussão coloca o bloco quase como uma plataforma de lançamento da proposta de integração. Utiliza uma estrutura regional relativamente consolidada, para a partir daí estabelecer um salto integracionista para toda a América Latina. Esta questão pode ser corroborada pelas matrículas de estudantes ao longo do processo de implementação da universidade entre 2010 e 2016:

Tabela 1: Número de estudantes matriculados por nacionalidade/ano^{xxiv}.

Ano de Ingresso	Brasileiros	Paraguaios	Argentinos	Uruguaios	Peruanos	Chilenos	Bolivianos	Colombianos	Equatorianos	Venezuelanos	Salvadorenhos	Haitianos	Panamenhos	Cubanos	Guatemaltecos	Dominicanos	Costarriquenhos	Franceses	Total
2010	25	17	6	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50
2011	69	35	6	11	7	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	138
2012	115	52	8	13	38	2	22	25	38	15	4	0	0	0	0	0	0	0	332
2013	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
2014	293	84	16	17	1	2	11	26	7	0	0	0	0	0	0	0	0	1	458
2015	689	108	19	7	7	31	31	13	14	4	7	61	0	0	0	0	0	0	991
2016	790	119	20	2	14	12	12	72	8	4	10	10	2	4	1	1	3	0	1084
Total	1984	415	75	52	67	47	86	136	67	23	21	71	2	4	1	1	3	1	3056

O primeiro ingresso de estudantes de graduação acontece no ano de 2010. Nesse momento apenas estudantes dos chamados “Estados Parte” do Mercosul ingressaram na instituição. Tendo a Venezuela se tornado “Estado Parte” apenas em 2012, os ingressantes, totalizando 50 estudantes, são provenientes de Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina. Já em 2011, há uma ampliação para fora do núcleo dos Estados Parte, com o ingresso de 7 peruanos e 10 bolivianos. E, em 2012, há a ampliação do ingresso para estudantes de fora do âmbito do Mercosul e da América do Sul, com o ingresso de 4 estudantes salvadorenhos. Estes dados

tornam evidente como o bloco regional funcionou como plataforma de lançamento para a expansão da universidade.

Ainda longe da meta de 10.000 estudantes, propagada em âmbitos institucionais como o objetivo da Unila, a presença de cerca de 3000 estudantes, 1072 dos quais provenientes de 17 países além do Brasil, permite pensar a instituição como um fator no processo de integração regional. Principalmente se considerarmos que o ano de 2015 foi marcado por um significativo aumento de ingressos de estudantes, através da criação de novos cursos, o que deve ser consolidado quando esses cursos iniciados nesse ano completarem suas turmas.

Há ainda mais um ponto interessante a respeito da lei de criação da Unila. Diferentemente das demais leis de criação de universidades nos anos 2000, – exceção feita à Unilab que, como já dito, possui características semelhantes – no caso da Unila vemos a inserção de um artigo que busca regulamentar a presença de professores e estudantes estrangeiros na instituição. Demarca assim, a nível de lei federal, o caráter de presença multinacional de seus docentes e discentes:

Art. 14. Com a finalidade de cumprir sua missão institucional específica de formar recursos humanos aptos a contribuir para a integração latino-americana, o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercosul, observar-se-á o seguinte:

I - a Unila poderá contratar professores visitantes com reconhecida produção acadêmica afeta à temática da integração latino-americana ou do Mercosul, sendo observadas as disposições da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;

II - a seleção dos professores será aberta a candidatos dos diversos países da região, e o processo seletivo será feito tanto em língua portuguesa como em língua espanhola, versando sobre temas e abordagens que garantam concorrência em igualdade de condições entre candidatos dos países da região;

III - os processos de seleção de docentes serão conduzidos por banca com composição internacional, representativa da América Latina e do Mercosul;

IV - a seleção dos alunos será aberta a candidatos dos diversos países da região, e o processo seletivo será feito tanto em língua portuguesa como em língua espanhola, versando sobre temas e abordagens que garantam concorrência em igualdade de condições entre candidatos dos países da região; e

V - os processos de seleção de alunos serão conduzidos por banca com composição internacional, representativa da América Latina e do Mercosul. (LEI Nº 12.189, DE 12 DE JANEIRO DE 2010).

A especificidade da universidade, focada em diversidade étnica e nacional, força um arranjo legal que possa dar conta das necessidades imaginadas da instituição. Dessa forma, cria-se uma base legal que busca amparar tanto a proposta de integração, quanto o fato de que estamos falando de uma universidade que necessita de estruturas para cumprir sua função social e constitucional de ensino, pesquisa e extensão. A saída encontrada é a possibilidade de normatização e normalização através do uso de ordenamentos jurídicos já existentes – como a lei que versa sobre a contratação de professores estrangeiros – do ingresso de docentes e

discentes estrangeiros na universidade. Cabe ainda, sobre esse tema, duas ressalvas importantes que apontam para alguns dos limites desse processo. Para nossa análise destacamos dois deles: a contratação de funcionários e a garantia legal para a presença de estudantes estrangeiros.

A primeira diz respeito à ausência de funcionários estrangeiros na instituição. Enquanto a vinda de professores de fora do país é prevista já na legislação, a possibilidade de funcionários não está presente. Este é um dos limites encontrados no projeto da universidade que é elencado em entrevistas realizadas com técnicos administrativos da instituição:

Emerson: É assim, por lei, os técnicos não são estrangeiros. Alguma coisa que não sei te dizer, como se optassem por viver no Brasil, não sei. É por lei só os Brasileiros os técnicos, os professores que tem essa possibilidade de serem professores estrangeiros. Por um lado seria muito bom técnicos de outros países, por que a gente acaba forçando os alunos a falarem português, já que não é pré-requisito [para os técnicos] falarem espanhol. No concurso para técnico é uma prova suave de 5 questões.

Thiago: Nível de proficiência.

Emerson: Não. Interpretação de texto 5 questões de português e 5 questões de espanhol, nem pra dizer que é bom em português e nem pra dizer que você é bom espanhol.^{xxv}

A ausência da possibilidade de contratação de técnicos estrangeiros, de língua espanhola, limita aquele que seria um dos pilares da instituição: o bilinguismo. Aliado a essa impossibilidade, a fragilidade na prova de línguas no momento do concurso que, segundo o entrevistado, não é capaz de avaliar efetivamente o domínio mesmo que básico do espanhol, dificultam a comunicação com os estudantes estrangeiros. Para complexificar essa discussão temos os casos de estudantes provenientes de comunidades tradicionais, com línguas maternas como o quéchua, ou mesmo, no caso dos estudantes paraguaios, o guarani. A partir dessa percepção o próprio projeto original é limitador, pois coloca como línguas institucionais apenas os dois idiomas principais da América Latina. Não leva em questão, por exemplo, a duplicidade de línguas nacionais no caso do vizinho Paraguai, onde o guarani é amplamente falado, sendo uma das línguas oficiais do país. Este quadro se agrava quando em 2014 e 2015 ingressam estudantes de língua francesa e os estudantes haitianos provenientes de um país multilíngue, onde convivem o espanhol, o francês, o inglês e o crioulo como falas cotidianas.

Aqui é possível perceber um dos “limites” do projeto Unila. O fato de ser uma “universidade brasileira com vocação latino-americana” a coloca numa encruzilhada importante. O ordenamento jurídico à qual deve seguir e se orientar é o das instituições universitárias federais brasileiras. Não há a criação de alguma espécie de “mandato”, ou ordenamento legal especial para a Unila. Diferentemente da já abordada Universidade do Mercosul, aqui estamos falando de uma instituição nacional que visa integração internacional.

Tal formatação exige que em determinados momentos a ênfase esteja mais em “universidade brasileira” do que em “vocação latino-americana” podendo gerar desequilíbrios no processo de integra o/forma o acadêmica. Isso fica evidente na questão da contrata o de funcionários. Como abordado pelo entrevistado, a possibilidade de contrata o de servidores estrangeiros poderia contribuir para a pluralidade linguística, ou ao menos bilingue, que estaria no cerne da proposta institucional. A ausência dessa possibilidade limitaria a integra o ao forçar os estudantes estrangeiros a conviver com o português como sendo, na prática, a língua institucional.

Outro ponto, em que essa limita o aparece surgiu a partir da tentativa de verifica o de uma informa o amplamente difundida na comunidade acadêmica da Unila. Pesquisadores, funcionários, estudantes, professores, afirmam em diferentes momentos que a universidade, por lei, deve disponibilizar 50% de suas vagas para estudantes brasileiros e 50% de suas vagas para estudantes estrangeiros. Nesse sentido, vejamos:

A meta   ter 10.000 alunos e 500 professores, sendo uma metade oriunda do Brasil e a outra da América Latina. Essa exigência está no centro das reflexões da Comissão na medida em que se torna necessário conceber um projeto pedagógico de alcance inter e transdisciplinar que, tendo como substrato a convivência intelectual e o diálogo intercultural, ofereça um ensino e desenvolva pesquisas e programas de extensão de elevado nível acad mico. (COMISSÃO DE IMPLANTA O, 2009, p. 11).

No mesmo sentido, a lei de sua cria o define que 50% dos professores e 50% dos alunos deverão ser brasileiros e os outros 50% do corpo docente e do corpo discente oriundos dos demais países latino-americanos. (CORAZZA, 2010, p. 79).

A Unila foi projetada para ser uma institui o vocacionada, dedicada ao ensino e   pesquisa da integra o regional, com metade das vagas docentes e discentes destinadas a brasileiros e a outra metade a cidadãos dos demais países da América Latina. (ALMEIDA, 2015, p. 75).

Buscando verificar tal informa o, nos deparamos com o fato de que não existe tal determina o na lei de cria o, tampouco, no estatuto, ou regimento geral da universidade. Essa questão aparece, brevemente, no PDI publicado em 2013. Importa lembrar que o PDI   uma orienta o estratégica, importante academicamente, mas não   um documento estritamente regulatório. Mas   apenas uma resolu o de 2014 que regulamente essa questão. Ali se afirma:

Art. 3  Para cumprir sua voca o legal e com fulcro no Inciso IV, Artigo 14, da Lei 12.189/2010, a sele o de alunos de gradua o da UNILA objetivar  o preenchimento de suas vagas com 50% (cinquenta por cento), por curso e turno, de estudantes brasileiros e com 50% (cinquenta por cento), por curso e turno, de estudantes naturais e residentes nos demais países da América Latina e Caribe. Parágrafo  nico. Não havendo preenchimento do percentual de vagas com brasileiros e/ou com estrangeiros,

como previsto no caput, as mesmas serão remanejadas automaticamente. (RESOLUÇÃO COSUEN Nº 016, DE 27 DE AGOSTO DE 2014).

Apesar da disseminação na comunidade acadêmica de que a universidade teria por obrigação a disponibilização de 50% de suas vagas de estudantes e professores para estrangeiros, o mesmo só é regulamentado por uma resolução do Conselho Universitário da Unila. Apesar disso, tem sido prática presente em todos os editais de seleção de estudantes a disponibilização da metade das vagas para os estudantes de fora do país. Sendo assim, o que propomos refletir aqui é que apesar da existência da prática, seu amparo e garantia legal são frágeis. Nada garante que mudanças conjunturais internas ou externas não possam desfazer tal perspectiva de distribuição de vagas. A difusão da informação não condiz com garantias sólidas do cumprimento dessa política. A presença de metade de estudantes estrangeiros está sujeita, além do interesse desses estudantes, dos interesses conjunturais dos membros do conselho universitário, dos interesses do governo federal, das disputas institucionais, da disponibilidade financeira, etc. Algo que pode tornar problemático essa política no longo prazo.

Os avanços, mas, também, os limites da proposta intercultural da Unila podem ser percebidos ao longo do texto. Pensar a constituição de uma universidade que ainda está em seu processo de construção é um desafio para a História do Tempo Presente. Sua execução tem sido possibilitada a partir da construção de uma densidade temporal para esse processo. Entendendo que essa instituição não se estabelece “solta” no tempo, mas sim, que processos históricos de ampla duração a atravessam. As transformações da reforma universitária de 1968, as perspectivas sociais e políticas de multiculturalidade, as representações, diálogos e tensionamentos latino-americanos, constituem esse processo e dão seu caráter histórico. Buscar entender a Unila esterilizada de suas temporalidades pode se tornar não apenas inócuo, como também, perigosamente descolada das complexas dimensões sociais que a compõem.

Foi possível perceber no processo de construção da Unila, avanços na percepção de que a educação, através da convivência entre diferentes, da construção de alteridades interculturais pode e tem se constituído numa poderosa ferramenta da integração internacional, ajudando a desconstruir o que pode se tornar, em casos extremos, perigosas rivalidades internacionais. Entretanto, para que tal objetivo seja atingido, ferramentas institucionais precisam ser construídas e, as já existentes, consolidadas. Assim, a impossibilidade da contratação de técnicos administrativos dos demais países da América Latina, a fragilidade da política institucional de ingresso de 50% do corpo discente de

estrangeiros são exemplos importantes de alguns dos limites que a Unila tem enfrentado para a realização de sua proposta.

ⁱ Informação proveniente do site oficial da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/?idMenu=1004#>. Acesso em: 10/02/2017.

ⁱⁱ Lei de criação da Unila. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12189.html. Acesso em: 10/02/2017.

ⁱⁱⁱ Estatuto da Unila. Disponível em: [https://unila.edu.br/sites/default/files/files/ESTATUTO%20UNILA%20de%2026%20DE%2009\(1\).pdf](https://unila.edu.br/sites/default/files/files/ESTATUTO%20UNILA%20de%2026%20DE%2009(1).pdf). Acesso em: 10/02/2017.

^{iv} Regimento geral da Universidade. Disponível em: [https://unila.edu.br/sites/default/files/files/REGIMENTO%20GERAL%20DA%20UNILA_vers%C3%A3o%20atualizada%20com%20a%20Portaria%20UNILA%20n%C2%BA%201175%20de%202018%20de%20dezembro%20de%202015\(4\).pdf](https://unila.edu.br/sites/default/files/files/REGIMENTO%20GERAL%20DA%20UNILA_vers%C3%A3o%20atualizada%20com%20a%20Portaria%20UNILA%20n%C2%BA%201175%20de%202018%20de%20dezembro%20de%202015(4).pdf). Acesso em 10/12/2016.

^v Disponível em: <https://unila.edu.br/sites/default/files/files/PDI%20UNILA%202013-2017.pdf>. Acesso em: 10/07/2017.

^{vi} Trindade é doutor em Ciência Política e professor emérito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, da qual foi reitor entre os anos de 1992-1996. A época da proposta da Universidade do Mercosul, da qual não participou ativamente, era coordenador do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior – CONAES. Sua narrativa a respeito da proposta desta universidade vem tanto dessa experiência quanto da posterior participação e coordenação da Comissão de Implantação da Unila, instituição da qual será Reitor *pró-tempore* entre os anos de 2010, sua fundação, até 2013. Com doutorado e trajetória de pesquisa acerca do integralismo brasileiro, o prof. Trindade é também autor de uma série de textos sobre universidades. Dessa forma, sua trajetória acadêmica tem sido marcada pela presença tanto em processos decisórios sobre o ensino universitário brasileiro, quanto na produção de conhecimento acadêmico a respeito das universidades.

^{vii} François Hartog tem construído uma discussão importante sobre o que afirma ser a emergência de um novo regime de historicidade denominado “presentismo”. HARTOG (2013)..

^{viii} O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do governo federal. Tinha por objetivo central a ampliação de vagas através da expansão de instituições existentes, bem como, da criação de novas Universidades Federais.

^{ix} Sobre o assunto deve-se destacar a existência na Bahia do “Observatório da Vida Estudantil”, que em 2012 publicou um interessante livro sobre essas questões intitulado “Observatório da Vida Estudantil: estudos sobre a vida e culturas universitárias.”. Internacionalmente destacamos o importante trabalho de Alain Coulon: “A Condição de Estudante”, bem como escritos de Bourdieu, Passeron, entre outros.

^x Esta afirmação não tem, em momento algum, relativizar ou suavizar as graves violações das instituições universitárias pelo regime militar. Demissões, prisões e invasões de campus foram práticas comuns durante o regime, constituindo – a parte a gravidade da dimensão humana dessas violações - grave atentado à autonomia destas instituições

^{xi} As demais universidades estaduais existentes no Paraná em 2017 são resultado da fusão de faculdades locais. A Universidade Estadual do Centro Oeste – Unicentro, em 1990; A Universidade do Estado do Paraná – Unespar, em 2001; Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, em 2005.

^{xii} Os campi são localizados em: Realeza e Laranjeiras do Sul no Paraná, Passo Fundo, Erechim e Cerro Largo no Rio Grande do Sul e, em Santa Catarina no município de Chapecó fica sua sede com a Reitoria.

^{xiii} Almeida (2015) afirma que a Unila cumpriu uma dupla função nas políticas do governo Lula: “1) a política de interiorização do ensino superior no país, (...); e 2) a política externa brasileira para a América do Sul.”. (ALMEIDA, 2015, p.76.)

^{xiv} Para uma discussão mais aprofundada desse modelo e das questões por ele suscitadas ver: SANTOS, B. S. Almeida Filho N, organizadores. A Universidade no sec. XXI: por uma universidade nova. Coimbra: Almedina; 2008.

^{xv} A universidade foi criada em 5 de fevereiro de 1960 sob o nome de Universidade da Amizade dos Povos. Em 1961 passou a se chamar Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumumba, em homenagem ao primeiro ministro do Congo deposto em 1961 por um golpe militar. Após o desmembramento da União Soviética assume o nome atual de Universidade Russa da Amizade dos Povos.

^{xvi} Há pouca pesquisa sobre esta universidade no Brasil. A título de informação e memória existe um blog de uma União dos Ex-Estudantes na Rússia e Ex-União Soviética: <http://ueruss.blogspot.com.br/>. Acesso em 12/09/2016.

^{xvii} Disponível em: <https://unila.edu.br/sites/default/files/files/PDI%20UNILA%202013-2017.pdf>. Acesso em: 10/07/2016.

^{xviii} Entrevista realizada pelo autor do artigo com o Prof. Dr. Héglio Trindade em 03 de junho de 2016 em sua residência em Porto Alegre-RS.

^{xix} Informações sobre o mesmo estão presentes em: <https://www.unila.edu.br/imea>. Ali o Instituto é definido como: “O Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA-UNILA) é um órgão suplementar da Reitoria, no qual a pluralidade de ideias e o estímulo à reflexão sobre a integração regional pelo conhecimento compartilhado nas áreas das Ciências Naturais, Engenharias, Humanidades, Letras, Artes, Ciências Sociais e Aplicadas, são constantemente fomentados. Inicialmente, o Instituto foi formado pelas estruturas do Conselho Consultivo Latino-Americano (CONSULTIN), Colégio de Cátedras Latino-Americanas (CATELAM) e Coordenação Científica Colegiada que, juntos, elaboraram as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade.” Acesso em: 04/09/2016.

^{xx} O livro “A Unila em Construção” (2009) organizado pela comissão de implantação da universidade.

^{xxi} Importa destacar que a Lei de Diretrizes e Bases define universidades como: “Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.” Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.html. Acesso em: 15/09/2016.

^{xxii} Entrevista realizada pelo autor do artigo com o Prof. Dr. Héglio Trindade em 03 de junho de 2016 em sua residência em Porto Alegre-RS.

^{xxiii} O mesmo acontece na lei de criação da Unilab. A diferença está somente na área de atuação de cada instituição, mas os princípios e a perspectiva integradora são as mesmas.

^{xxiv} Tabela extraída de documento disponibilizado no site oficial da Universidade sob o título “Unila em Números”. Disponível em: <https://unila.edu.br/sites/default/files/files/unila-em-numeros.pdf>. Pg. 17. Acesso em: 20/09/2016.

^{xxv} Entrevista com “Emerson” (Nome Fictício) realizada pelo autor do texto nas dependências da Unila em Foz do Iguaçu em 23/05/2016.

Bibliografia:

ALMEIDA, Larissa R. *O Mercosul educacional e a criação da Unila no início do século XXI: Por uma integração regional via educação*. Tese. UFRJ – Rio de Janeiro. 2015.

BUARQUE, Cristovam. *A Aventura da Universidade*. São Paulo. Editora Unesp/Paz e Terra, 1994.

CANCLINI, Néstor García. *Diferentes, Desiguais e Desconectados*. 2º Edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

CORAZZA, Gentil. A Unila e a integração latino-americana. In: *Boletim de Economia e Política Internacional*. IPEA. nº 03. Jul. 2010, p. 79-88.

COULON, Alain. *A condição de estudante: a entrada na vida universitária*. Salvador - BA. EDUFBA, 2008.

CUNHA, Luiz Antonio. *A Universidade Crítica: O ensino superior na república populista*. São Paulo – SP. Editora Unesp, 2007.

CUNHA, Luiz Antonio. *A Universidade Reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo – SP. Editora Unesp, 2007.

-
- CUNHA, Luiz Antonio. *A Universidade Temporã: O ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. São Paulo – SP. Editora Unesp, 2007.
- HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências do Tempo*. Belo Horizonte – MG. Autêntica, 2013.
- MARTINS, José Ricardo. UNILA: Uma Universidade Federal Brasileira para América Latina. IN; *Ponto e Vírgula*, Nº 7, 2010. P. 224-243.
- PRADO, Maria Ligia C. O Brasil e a Distante América do Sul. In: *Revista de História*. Nº 145. 2001. P. 127-149.
- RIBEIRO, Darcy. *A Universidade Necessária*. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1975.
- RIBEIRO, Darcy. *Universidade do Terceiro Milênio: Plano Orientador da Universidade Estadual Norte Fluminense*. 1993.
- SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *As Universidades e o Regime Militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro – RJ. Editora Zahar, 2014.
- SANTOS, Georgina G. SAMPAIO, Sonia Maria R. *Observatório da Vida Estudantil: estudos sobre a vida e culturas universitárias*. Salvador – BA. EDUFBA, 2012.
- TEIXEIRA, Anísio. *Ensino Superior no Brasil: análise e interpretação até 1968*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2003.
- TRINDADE, Hélió. Por um novo projeto universitário: da “Universidade em Ruínas” à “Universidade Emancipatória”. In. BUARQUE, C. SOUSA JUNIOR, José G. [et al]. *Da Universidade Necessária à universidade emancipatória*. Editora UnB, 2012.
- TRINDADE, Hélió. *Universidade em Perspectiva*. Editora UFRGS. Porto Alegre-RS. 1996.
- TRINDADE, Hélió. *Universidade em ruínas na república dos professores*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.